

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-05-08

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Pinto, P. Da L. (2017). Paisagem, arquitetura, projeto e educação. In Jorge Fidalgo (Ed.), *Estudos da Paisagem: 1º Colóquio Ibérico de Paisagem*. (pp. 98-118). LisboaT: Nova FCSH.

Further information on publisher's website:

<http://ihc.fcsch.unl.pt/estudos-paisagem-volumes-i-iv/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Pinto, P. Da L. (2017). Paisagem, arquitetura, projeto e educação. In Jorge Fidalgo (Ed.), *Estudos da Paisagem: 1º Colóquio Ibérico de Paisagem*. (pp. 98-118). LisboaT: Nova FCSH.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

PAISAGEM, ARQUITETURA, PROJETO E EDUCAÇÃO

Pedro da Luz Pinto

Resumo: Face ao conjunto de ajustamentos que a Arquitetura e a Universidade têm tido desde o início deste novo século em Portugal, este artigo apresenta as motivações das experiências pedagógicas da unidade curricular de Projeto Final do curso de Arquitetura do ISCTE-IUL, onde, convocando várias disciplinas do espaço edificado e olhando em múltiplas escalas, se procuram novas formas profícuas de envolvimento da arquitetura e dos arquitetos com a sociedade, e onde a ideia de paisagem é estendida ao âmbito urbano e arquitetónico, com o intuito de alargar a consciência ética e social dos futuros arquitetos, sensibilizando-os para a necessidade de os seus projetos constituírem-se mais como “lugares-forma” do que “produtos-forma”, conforme a definição dada por Kenneth Frampton em 2001.

Palavras Chave: Paisagem; Arquitetura; Projeto e Educação.

LANDSCAPE, ARCHITECTURE, DESIGN AND EDUCATION

Pedro da Luz Pinto

Abstract: In view of the set of adjustments that Architecture and the University have had since the beginning of this new century in Portugal, this article presents the motivations of the pedagogical experiences of the curricular unit of Final Project of the Architecture course of ISCTE-IUL, where, summoning various disciplines of built space and looking at multiple scales, are looking for new fruitful ways of involving architecture and architects with society, and where the idea of landscape is extended to the urban and architectural scope, with the aim of extending ethical and the future of the future architects, sensitizing them to the need for their projects to be more like "form posts" than "form products", as defined by Kenneth Frampton in 2001.

Keywords: Landscape; Architecture; Project and Education.

PAISAGEM, ARQUITETURA, PROJETO E EDUCAÇÃO

Pedro da Luz Pinto

1 - LIMITES DA ACÇÃO DA ARQUITETURA

Kenneth Frampton afirmava em *Seven points for the millennium: an untimely manifesto*⁵¹ que com a queda do projeto Socialista no final do século XX, ao qual a arquitetura moderna estava tão “*intimamente ligada*”, a profissão teria que procurar novas formas profícuas de envolvimento com a sociedade. Uma das possibilidades seria encarar a sociedade no seu todo como um cliente, e para tal, dizia que a educação de base em “*design ambiental*” de toda a sociedade seria um fator determinante para a melhorar o entendimento dos próprios clientes, da sociedade, uma vez que a qualidade em Arquitetura é impraticável sem bons encomendadores. Ao mesmo tempo a própria profissão teria que rever os seus objetivos pedagógicos, equilibrando o treino profissional com uma responsabilidade ética e cultural, que seria proporcionada por uma formação mais abrangente dos futuros arquitetos.

Argumentava que a globalização, a tomada de consciência dos limites e da fragilidade do ambiente e dos recursos naturais, soçobrara o tecno-otimismo do século XX, cuja excessiva preponderância técnico-científica conduzira a uma disrupção entre civilização e cultura, levando ao crescimento desmesurado e desequilibrado dos aglomerados urbanos, com enormes implicações ambientais, ao ponto de se extinguir a própria capacidade de regeneração do ambiente construído pela edificação,⁵² surgindo agora, referia, a intervenção na estrutura

⁵¹ Kenneth Frampton, 2000. “Seven points for the millennium: an untimely manifesto”, in *The Journal of Architecture*, Volume 5, Springer.

⁵² Cf. Kenneth Frampton (2000:24): “meio século atrás a relação dialéctica entre civilização e cultura ainda admitia a possibilidade de manter algum controlo sobre a forma e o significado do tecido urbano. Os últimos trinta anos transformaram radicalmente os centros metropolitanos do mundo desenvolvido” (tradução livre).

ecológica e na paisagem, como estratégia redentora e como fator mais premente do que a edificação enquanto “objeto isolado”.⁵³

Consequentemente, mais do que uma Arquitetura como acontecimento expressivo, o novo milénio necessita uma Arquitetura simultaneamente “contexto de cultura” e “expressão cultural em si mesma”, pelo que uma abordagem acriticamente expressiva seria um ato redutor do “carácter sociocultural” da Arquitetura, que deverá antes ser, num contexto de crise política, económica e social, orientado não como um “produto-forma” mas cada vez mais como um “lugar-forma”, circunstancia participante de um processo contínuo de regeneração, uma autêntica “acupuntura urbana”.⁵⁴

Estas ideias, de “lugar-forma” e de exaustão ideológica, económica e edificada, patente nos países do Ocidente capitalista e industrializado, seriam acentuadas pela grande crise económica pós 2008, cujos efeitos seriam sentidos em Portugal com grande intensidade, levando a uma crise impropriedade na profissão.

A paragem abrupta no investimento imobiliário em infraestruturas conduziu a um sentimento de exaustão que se estende ao ordenamento do território, revelando um paradoxo de que no momento em que todo o país se encontra totalmente organizado em planos urbanísticos generalistas e avança para a segunda geração de planos diretores, as disposições destes instrumentos soçobram perante as transformações da realidade, face a expectativas de crescimento invertidas, suscitando a mudanças de paradigmas.

2 - CENÁRIOS NA FORMAÇÃO

2.1 - Formação

Neste contexto, segundo Kenneth Frampton, o ensino da Arquitetura deveria ajustar os seus objetivos, nomeadamente, quanto ao “equilíbrio entre o treino profissional e a responsabilidade de dar aos alunos uma educação suficientemente ampla”, sendo essencial admitir que a Arquitetura, pese embora muitos dos seus processos “possam ser qualificados como métodos e aplicações técnico-científicos”, a sua prática ainda é em última instância um ofício, situação que explica a razão por que “a Arquitetura como disciplina sempre esteve desconfortável no interior da universidade”⁵⁵. Esta formação simultaneamente instrumental e abrangente corresponde a

⁵³ Cf. Kenneth Frampton (2000:27): “estou convencido que as escolas de Arquitetura e planeamento em todo o mundo deveriam dar uma muito maior ênfase à cultura da paisagem como um sistema de referência em vez de se concentrarem exclusivamente, como têm tido tendência a fazer até agora, ao desenho de edifícios como objetos autónomos”, (tradução livre).

⁵⁴ Kenneth Frampton (2000:27-28), (tradução livre).

⁵⁵ Idem.

uma conceção do arquiteto como “*especialista na não-especialização*”,⁵⁶ como agente com capacidade para interrelacionar os diversos elementos e disciplinas que concorrem em cada nova experiência de edificação.

A discussão e construção deste “lugar-forma”, simultaneamente objeto em si e “acupuntura” de um sistema urbano e de paisagem em crise, exigem um posicionamento crítico e uma capacidade de descodificação e de comunicação permanentes. Nesta circunstância, o processo de Projeto não pode ser entendido como um ato produzido de forma isolada no *atelier*, mas antes como um processo de negociação e colaboração sucessivas, em que o Projeto enquanto instrumento da Arquitetura apresenta sucessivas hipóteses relacionais, agindo sobre uma ampla gama problemas, mais práticos ou mais filosóficos e oferecendo cenários de transformação suscetíveis de serem aferidos.

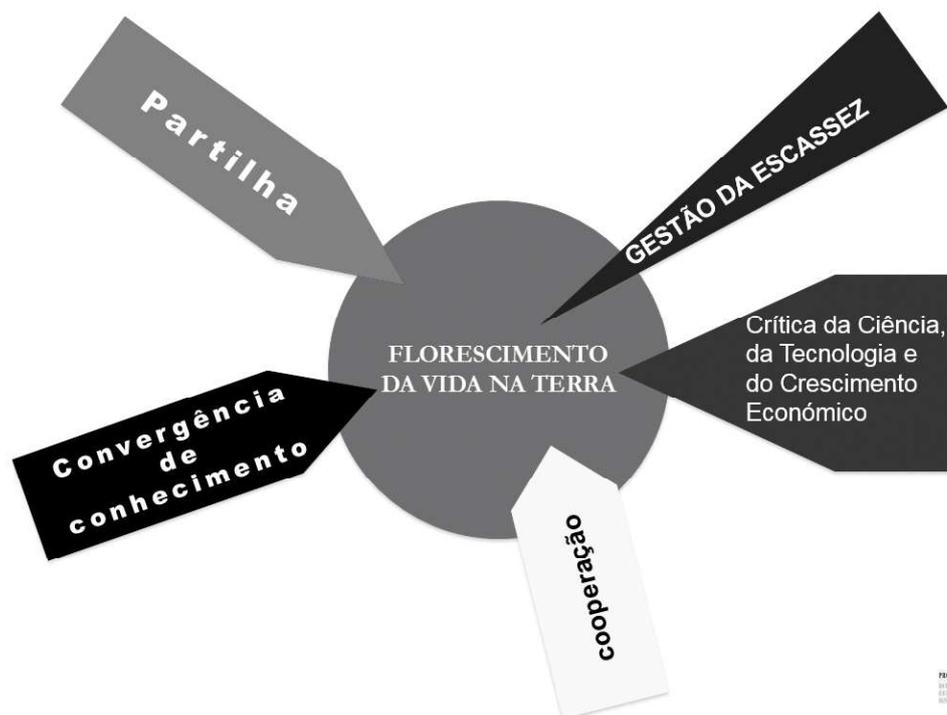


Fig. 1: Duarte Cabral de Mello, imagem da apresentação “Projecto: Da ética & da Gestão da Ignorância”, ISCTE-IUL, 13 de Novembro de 2012, arquivo pessoal do autor. Nesta imagem-apresentação, Cabral de Mello referia-se à necessidade de se avançar mais além da organização burocrática e ensaiarmos uma convergência de conhecimento e uma recuperação dos valores éticos do 1º modernismo do século XX.

⁵⁶ Kenneth Frampton 2000:27-30 (tradução livre). A respeito do “*especialista na não-especialização*”, cita Álvaro Siza: “Construir envolve tantos elementos, tantas técnicas, e problemas tão diversos, que é impossível possuir todo o conhecimento necessário. O que é requerido é a habilidade para interrelacionar elementos e disciplinas diversas. Porque os arquitetos têm uma visão panorâmica e não estão constringidos por conhecimento concreto, são capazes de conectar vários fatores e manter a capacidade sintética da não especialização. Neste sentido o arquitecto é ignorante, mas é capaz de trabalhar com muitas pessoas e coordenar e integrar um vasto número de particulares. Estas são competências que se adquirem apenas através da experiência. Com elas podemos encarar novas situações que acompanham cada Projeto”. Cf. Álvaro Siza and Peéra Goldman in *Technology, Place and Architecture* (New York, Rizzoli, 1998:155), tradução livre.

2.2 - Projeto

A este respeito, Jeremy Till,⁵⁷ refere que para se alcançar uma nova relação entre a Arquitetura e as transformações sociais do mundo atual é necessário reconsiderar a própria ideia de “Projeto”, de “*design*”, alterando a ideia de produção de objeto para uma ideia de processo e de assunto. Trata-se de uma mudança cultural para os projetistas, porque implica que se definam não apenas pelo resultado final, pelo edifício no caso da Arquitetura, mas por todo o processo de Projeto, entendido enquanto “pensamento” (*design thinking*), como modo de re-imaginar o futuro da sociedade, como um “*modo de fazer sentido, de fazer conexões, de trabalhar de maneira relacional*”,⁵⁸ adquirindo uma múltipla dimensão perante a realidade. Esta reconcepção do Projeto ampliaria o próprio campo de ação da profissão, oferecendo à sociedade outras maneiras de ser produtivo, para além do resultado final edificado. É ainda uma revalorização metodológica para além do âmbito interno da “*reflexão-em-ação*” referida por Donald Schön,⁵⁹ colocando-o como um processo de utilidade social, que oferece uma metodologia de negociação e cenários de síntese, que representam transformações da realidade que podem ser lidas e aferidas, simultaneamente como um todo (um “quase-objeto”, diria Vittorio Gregotti⁶⁰) e parcialmente em todas as suas subcomponentes, permitindo uma visão de conjunto, que retome o panorama do jogo dialético entre cultura e civilização que Kenneth Frampton afirma ter sido quebrado nas últimas décadas do século XX.

2.3 - Investigação

O Projeto como processo aproxima-se da ideia de investigação, negociando circunstâncias e apresentando cenários aferíveis de transformação, valorizando um procedimento sobre um resultado final. No entanto, e na medida em que consideramos o seu reduto operativo como artesanal e cultural,⁶¹ mesmo que integrando processos e aplicações técnico-científicas, é dificilmente entendível como investigação de acordo com os protocolos das áreas de conhecimento mais próximas das ciências.⁶² Mas, não obstante a dificuldade em classificar e delimitar o que é e o que pode ser investigação em Projeto de Arquitetura, há uma convergência no debate da profissão e da Universidade em redor de uma necessidade de legitimação social, incentivada pelo clima cultural pós 2008, mas que pode ser lido no próprio processo de transformação da Universidade desde o final dos anos 1990, e que no caso do Projeto passa por

⁵⁷ Jeremy Till em entrevista a Leonardo Novelo, em Dezembro de 2014, por ocasião da exposição “*Scarcity*” na Central Saint Martins, Londres.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Veja-se a este respeito a crítica às metodologias de Donald Schön efectuada por James Benedict Brown (2013).

⁶⁰ Vittorio Gregotti 1972:16.

⁶¹ Cf. Kenneth Frampton (2000:22).

⁶² Cf. o “tríplice critério” de Jonathan Till para definir o que é ou não é investigação (2005).

uma reformulação do seu papel cultural e instrumental, criando uma expectativa de utilidade operativa no seio da própria Universidade.

Ou seja, o Projeto de Arquitetura pode ser utilizado na Universidade como processo cognitivo, com uma utilidade metodológica para a investigação, permitindo uma dupla legitimação: da Arquitetura e dos seus instrumentos no interior da Universidade e para com a sociedade em geral, desenvolvendo um almejado círculo virtuoso, em que a academia e a prática se legitimam reciprocamente.

2.4 - Universidade

No seio da Universidade, as transformações estruturais e conceptuais operadas com o “Processo de Bolonha” são convergentes com este quadro geral. Por um lado, representam uma expectativa de eficácia e de legitimação da Universidade e propõem, à semelhança dos modelos liberais empresariais, uma abertura das instituições universitárias às expectativas da sociedade.⁶³ Por outro, suscitam a alteração de um sistema de ensino baseado na transmissão de conhecimentos, para um modelo baseado numa educação que favoreça métodos, princípios e instrumentos para a aquisição de conhecimentos e de competências que possam vir a ser utilizados ao longo da vida pelos formandos, numa situação de constante desenvolvimento e adaptação, que permita um entendimento e operacionalização de saberes teóricos-instrumentais, que se transformam em “ferramentas praticas”, significantes segundo determinadas condições de operabilidade, face a uma realidade fragmentada e contingencial.

As ideias de conhecimento, investigação, prática e teoria ganham um sentido operativo, pedagógico e estabelecem-se em complementaridade, podendo ser experimentadas pela prática do Projeto.

Em sentido oposto, a prática projetual inclui, ou relaciona-se, também, com as “*práticas teóricas*” e com as “*práticas críticas*”,⁶⁴ quer quanto aos seus processos, quer quanto às suas propostas.

Trata-se portanto de uma hipótese de operacionalização conjunta das tradicionalmente afastadas “práticas arquitetónicas” e “práticas teóricas” ou “críticas”, ou seja, de uma

⁶³ Mas, tal como a Arquitetura, a Universidade receia que um excesso de dependência de critérios de produtividade a afaste da finalidade intrínseca de preservar o conhecimento como benefício independente.

⁶⁴ Cf. Ignasi Solà-Morales (2003:257), “*Práticas teóricas, prácticas históricas, prácticas arquitectónicas*”.

aproximação das “*práticas materiais*” e das “*prática discursivas*”, segundo a conceção proposta por Stan Allen.⁶⁵

A proliferação de arquitetos com obra construída e com doutoramento, incentivados pela reforma do Estatuto Carreira Docente Universitário (ECDU)⁶⁶ que acompanhou o quadro normativo do “Processo de Bolonha”, é um exemplo deste cenário e instiga uma leitura para além de uma simples separação entre práticos e académicos. Este cenário favorece a construção de uma narrativa da relegitimação profissional-social em torno do Projeto como forma cognitiva, tentando aproximar a prática da Arquitetura à categoria das disciplinas da investigação.

Situação que acresce ao Projeto como meio pedagógico, o Projeto como modalidade de pensamento, ao serviço da resolução de problemas do mundo, alcançando um significado múltiplo, incluindo o apoio à investigação em meio universitário.

Kenneth Frampton referia que a Arquitetura deveria equilibrar o treino profissional com uma responsabilidade ética e cultural, proporcionando uma formação mais abrangente aos futuros profissionais, essa aparenta ser também a inexorável tendência dada pelo desenrolar dos factos do mundo. Como veremos de seguida, estes múltiplos fatores são ensaiados na última unidade curricular do curso de Arquitetura do ISCTE-IUL, onde múltiplas influências⁶⁷ são convocadas para a síntese de projeto, sendo a noção de paisagem, enquanto uma parte do território, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos, serve de catalisador de leituras integradas e garantia de uma abordagem morfológica e integradora aos projetos de edificação ensaiados.

3 - O CASO DE PFA NO ISCTE-IUL

3.1 - Circunstâncias Gerais

A unidade de Projeto Final de Mestrado de Arquitetura (PFA) é a última unidade curricular do Plano de Estudos do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA) do ISCTE-IUL em Lisboa.

É a última unidade do 2º ciclo de estudos, conforme a harmonização de ciclos de estudos determinada pela reforma de adequação dos sistemas universitário nacional ao designado

⁶⁵ Conceito de “*prática material*” e “*prática discursiva*” e a sua operatividade conjunta, ver Stan Allen (2009), *Practice: architecture technique+representation*. Para o autor, “*A Arquitetura é uma prática material e não uma prática discursiva*” (pxiv).

⁶⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto.

⁶⁷ Colocando em causa a ideia de autonomia, tendo em consideração, por exemplo Adrien Forty (2000:138), que argumenta que a autonomia funcionar contra a própria Arquitetura, na medida em que tenderia em a isolar em redor dos seus próprios temas e especificidades, desvinculando-a das contingências da realidade.

“Processo de Bolonha”, pelo que conduz ao grau de Mestre, assumindo uma das três formas de finalização de ciclo de estudos previstos na normativa do processo de adequação: corresponde a “*um exame de nível universitário*”, consubstanciado no formato de um “trabalho de projeto” a que é associada uma componente teórica⁶⁸.

Esta graduação, especificamente “universitária”, é complementada pela exigência da Ordem dos Arquitetos Portugueses (OAP), desde 2006, de que os candidatos à profissão cumpram um ano de estágio para acesso pleno ao exercício profissional, indo ao encontro de uma tendência europeia de exigência suplementar de experiência prática, como condição para acesso à profissão,⁶⁹ situação esta que instaura uma separação formal entre a educação escolar da formação profissional, implicando que a primeira terá um carácter disciplinar de base, e a segunda um âmbito específico de preparação para o “mercado” de trabalho local.

Não obstante, o formato desta prova final de Projeto, de *nível universitário*, junta ao tradicional exercício de projeto de arquitetura um ensaio escrito, sendo que a ligação entre ambos oscila entre uma maior ou menor independência entre ambas componentes, convocando progressivamente o problema de como interrelacionar ambas as componentes e de como o processo de Projeto poderá incorporar a investigação nos seus próprios mecanismos internos.

Ao mesmo tempo, a unidade de PFA tende a ser o corolário de um percurso formativo, onde múltiplas indeterminações sobre o futuro da profissão se abordam com uma maior nitidez. Referimo-nos por um lado à avassaladora crise no sector da construção, levando à desvalorização e rarefação do tradicional projeto para construção, por outro, em sentido inverso, ao alargamento do âmbito da profissão, fruto da tentativa de abrir a outros sectores de atividade conexos, ou apenas de uma nova visibilidade face à contração do projeto, como seriam a gestão urbanística, a promoção e consultoria imobiliária, a gestão e fiscalização de obras, a

⁶⁸ Efectivamente, a normativa que estruturou os graus de ensino superior para a adequação do sistema universitário nacional ao “Processo de Bolonha” determinou que o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deveria ser concluído com uma de três modalidades: “*uma dissertação de natureza científica*” ou “*um trabalho de Projeto*”, “*originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final*”, cf. Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, artigo 20º, alínea b).

⁶⁹ Já mencionada na primeira regulamentação comunitária, na diretiva de 1986, onde o Preâmbulo da Diretiva 85/384/CEE de 10 de Julho, nos seguintes termos: “*considerando que o acesso ao título profissional legal de arquitecto está subordinado, em determinados Estados-membros, à realização de um estágio profissional (para além da obtenção do diploma, certificado ou outro título); que, não existindo ainda quanto a este ponto, convergência entre os Estados-membros, é conveniente, para obviar a eventuais dificuldades, reconhecer como condição suficiente uma experiência prática adequada, de igual duração, adquirida em outro Estado-membro*”. Esta tendência seria consagrada no relatório do Conselho de Arquitetos da Europa (ACE/CEA) de 15 de Outubro de 2003, quando recomenda na adaptação dos planos curriculares a Bolonha uma duração mínima de 5 anos de estudo numa universidade, a serem completados por 2 anos de prática profissional supervisionada e validada, cf. *Reports on matters arising from the application of the Bologna agreements*, disponível: http://www.ace-cae.eu/uploads/tx_jidocumentsview/BolognaACEpositionEN.pdf. Actualmente a média do tempo de educação/formação na Europa é de cerca de 7 anos, no formato 5+2 ou 6+1 anos de preparação para acesso à profissão. Cf. ACE/ENACA (2014:5), *Modernisation of the Professional Qualifications - Directive and impact on the architectural profession*.

arquitetura de interiores, o *design* ou a investigação e o ensino. Ao mesmo tempo, assistimos a uma apetência por uma maior legitimação dos catos de projeto, fruto também da profunda crise económica despoletada pela crise financeira de 2008, sugerindo que a disciplina deveria participar num debate mais alargado sobre a gestão e transformação do território, abrindo-se eventualmente possibilidades de renovação teórica e, igualmente importante, de consolidação da sua visibilidade e utilidade social, agora com a possibilidade de novos parâmetros, que alarguem a importância da Arquitetura para além das questões da representatividade social, por intermédio do valor simbólico, estético, para adquirir um valor social, com múltiplas derivações, económicas e ambientais, tecnológicas, às quais se somaria a estética como valor social último.

A conjugação da retração do projeto, do alargamento disciplinar e da necessidade de legitimação, face a meios finitos e à necessidade de maior critério nos investimentos imobiliários e de desenvolvimento territorial, levam na universidade a uma crise da própria ideia de formação *com o projeto e para o projeto de arquitetura*, conforme a tradição pragmática, de ensino prático e vocacional, desenvolvida ao longo dos tempos e mantida com a reforma do ensino moderno da arquitetura,⁷⁰ tendo subsistido ao longo dos anos 1970 e à própria incorporação do ensino na arquitetura na universidade, a partir da década de 1980⁷¹.

Cumulativamente, fatores como a fragmentação e especialização do conhecimento, a hiper-transformação das condições produtivas e o enfraquecimento do âmbito político e social, em benefício do crescimento e expansão dos “mercados”, proporcionam um mundo de indeterminações, em que os indivíduos, face à aceleração de sucessivas transformações, encaram a adaptabilidade como condição de sobrevivência. Esta instabilidade pressiona o modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão unitária de um conjunto de conhecimentos orientados para uma finalidade técnica e profissional, em benefício de ofertas diferenciadas e miscenizadas, que enfatizam o desenvolvimento de competências individualizadas e sistémicas, alterando o paradigma de aprendizagem.

⁷⁰ Reforma de 1950-57, cf. Decreto-lei nº41.362 a 14 de Novembro de 1957, regulamentando a Lei nº2.043 de 10 de Julho de 1950 sobre a reforma do ensino artístico. Ver sobre este tema o trabalho de Gonçalo do Canto Moniz (2011).

⁷¹ O movimento de profissionalização dos quadros universitários e a asserção da investigação como finalidade da missão universitária, em que à tradicional missão de base de formação humana é acrescida uma missão de produção de conhecimento, gerando mais-valias económicas diretas e indiretas. Autores como Guy Neave e Alberto Amaral (2012:2) identificam uma dupla escatologia atualmente no ensino superior europeu, por um lado há uma afirmação de uma “*identidade europeia*” (que se reflecte na designação dos programas de intercâmbio e financiamento: Erasmus, Sócrates, Leonardo da Vinci, Marie Curie, etc.), por outro há um imperativo económico e cultural transversal da globalização da “*sociedade do conhecimento*”. Os autores referem que os fatores identitários são mais fracos do que o “*paradigma neoliberal ou económico*”, que acabou com o princípio de financiamento público deficitário, situação agudizada com a crise económica pós 2008.

Na unidade de PFA no ISCTE-IUL em Lisboa tem-se vindo a abordar estas indeterminações, quer do lado da profissão, quer do lado da Universidade, através da convocação de múltiplas dialéticas, como por exemplo:

Teoria e Prática; Academia e Profissão; Investigação e Educação; Projeto e Investigação; Comunicação Escrita e Desenho; Trabalho de Grupo e Individual; Paisagem e Cidade; Planeamento e Arquitetura ou, Autonomia Disciplinar ou Interdependência Estrutural.

Esta abordagem múltipla é ensaiada desde logo mediante o conteúdo material, em que PFA é separada em duas componentes: um projeto e um ensaio escrito. Metodologicamente, os alunos pertencem a uma de três turmas de projeto de 5º ano, que geralmente trabalham um tema anual comum, e têm um orientador de vertente teórica, que eles mesmos selecionam e com quem negociam o desenvolvimento do ensaio teórico, cuja ligação ao trabalho de projeto acaba por ser mais ou menos direta, conforme os interesses e estratégias individuais de cada aluno.

No entanto, ambas as componentes do trabalho de PFA convergem em seminários semanais, de âmbito multidisciplinar e que de certo modo permitem múltiplas leituras e entendimentos sobre os temas de projeto e os ensaios individuais. Este paralelismo é levado até ao final da unidade curricular, sendo o trabalho apresentado num caderno unificado, segundo um conjunto de normas gráficas predefinidas e sujeito a uma prova pública em que ambas as componentes são apresentadas, conforme uma estratégia de comunicação definida pelo aluno.

Quanto ao projeto, este é realizado de forma simultaneamente em grupo e individual, consistindo numa intervenção numa dada área territorial, sem o suporte de um local e de programa funcional pré-estabelecidos e específicos, mas antes face a um conjunto de interrogações gerais, ligadas a uma escala conjuntural geral e local, onde se levanta vários de problemas, que poderíamos resumir em traços largos a um conjunto de questões base: quais os problemas locais identificados? Como pode a arquitetura contribuir para a sua resolução? Com que hierarquia de soluções? Com que meios materiais? Com que linguagens? Quais as circunstâncias condicionantes? Que posição individual toma perante estas questões?

3.2 - Planos-Projeto

O trabalho de projeto arranca com uma fase de grupo onde apoiados por uma leitura simultaneamente interpretativa, crítica e propositiva, os diversos grupos usam os vários mecanismos de representação do projeto para fixarem em mapas, conjuntos de dados analítico-interpretativos diversos, que informarão de modo cruzado todo o trabalho da turma, e estarão na base da construção, grupo a grupo, de estratégias de intervenção a uma escala territorial.

Neste processo, de interpretações e propostas elaboradas por grupos, são lançados temas analíticos de enquadramento, um por grupo, que incluem o estudo da evolução dos assentamentos urbanos, a caracterização socioeconómica, a carga normativa territorial, o estudo das características biofísicas locais e outros temas, mais específicos, julgados convenientes face ao caso de estudo. A especificidade de cada análise dá lugar a apresentações diferenciadas e lança temas de discussão que se tornam incontornáveis.

Desta forma, o trabalho de projeto inicia-se desde logo pela convergência de várias abordagens distintas ao território. Com a concretização de propostas de intervenção pelos grupos, convergem ainda várias escalas e hierarquias, que são discutidas e comparadas no seio da turma. Estas propostas assumem a forma de “planos-projeto” de intervenção urbana e paisagística. *Planos-projeto* porque agem sobre o território existente e sobre as circunstâncias de planeamento vigentes, atualizando-as e corrigindo-as a uma dupla escala, por um lado propondo novos eixos de planeamento, por outro propondo ações concretas, projetadas, eminentemente executivas.

Trata-se portanto de uma metodologia de aglutinação, entendendo o projeto como a construção crítica de uma hipótese de transformação, onde as soluções particulares se relacionam com um problema geral complexo, que é retratado face às circunstâncias normativas e de planeamento existentes, tanto quanto face à realidade interpretada.

Estas leituras e proposta críticas são por sua vez apoiadas por seminários semanais, onde convidados de várias áreas disciplinares aprofundam este princípio de aproximação múltipla ao território, complementando a Ação do docente, que dentro das limitações do formato letivo atual, vai se substituindo à vez às distintas abordagens disciplinares.

As propostas de reordenamento e de intervenção geradas pelos grupos são deste modo alicerçadas numa perspetiva crítica, construída a partir do contributo de várias disciplinas que

estudam o espaço edificado e a paisagem. E formam-se ainda com um sentido arquitetónico, fortemente morfológico, que é incentivado para contrariar a aridez quantitativa dos planos urbanísticos de maior escala. Este sentido arquitetónico é dado pela característica de *plano-projeto*, mas também e fundamentalmente, pelo sentido de morfologia paisagística, que é introduzido nas leituras de qualificação biofísica e que é usado como ferramenta conceptual tendo em vista uma leitura física, morfológica e ambiental, das componentes e infraestruturas territoriais.

Isto é, por exemplo, uma autoestrada, uma ferrovia, um terreno agrícola, uma linha de água, um alinhamento de árvores, ou um conjunto edificado, mais ou menos disperso, são elementos com um determinado desempenho e potencial paisagístico e ambiental, cabendo aos grupos uma interpretação de conjunto e a preposição de ações com uma estratégia de ordenação prospetiva, utilizando, as ferramentas da representação, para alcançarem cenários de requalificação ambiental e paisagista que qualifiquem os lugares, mantendo, invertendo ou acentuando determinadas características existentes, tendo como referencial morfológico uma leitura ambiental e paisagística, enquadrada na história urbana e socioeconómica dos lugares.

3.3 - “Lugares-Forma”

A partir das primeiras discussões de grupo é incentivado que cada um dos seus membros inicie o processo de procura-escolha do seu trabalho individual. Este trabalho consistirá na concretização em projeto de arquitetura e de espaço público de uma área-ação particular da estratégia-ação elaborada pelo grupo.

É neste vínculo entre grupo e indivíduo, entre escala territorial e de paisagem, supralocal e local, que tentamos balizar as respostas individuais a compromissos de escala mais larga, com o objetivo de tornar mais favorável o desenvolvimento de projetos de “lugares-forma” do que produtos autossuficientes, os “objetos-forma” referidos por Kenneth Frampton, ou, pelo menos, que estes últimos sejam paradoxalmente enquadrados numa reflexão de contornos mais largos e sejam diretamente expostos a uma crítica interpares, feita pelo próprio grupo de trabalho.

A ideia de Frampton do “lugar-forma”, aplicada a Portugal, implica a consideração de que no momento atual, apesar do país estar completamente planeado (ao nível do planos diretores), o território e a paisagem não refletem uma qualidade ordenada, quer do ponto de vista infraestrutural e urbano, quer ambiental e de paisagem. Cumulativamente, as circunstâncias socioeconómicas expõem os limites de um planeamento de expansão territorial contínua, organizado por manchas de quantidade edificável, segundo uma raiz economicamente

capitalista e politicamente *neoliberal*, em que o “objeto forma” representaria o novo produto, a nova atratividade, motivando movimentos de substituição. Ao invés, o conceito de “lugar forma” convoca uma morfologia relacional, e a constatação da dupla inversão, do crescimento económico e do crescimento populacional, colocando uma ênfase na regeneração, seja do edificado, seja das estruturas urbanas, seja das infraestruturas urbanas e dos sistemas de paisagem.

Esta ideia de regeneração desponta, como já referido, da inversão das perspetivas de crescimento populacional e da redução da capacidade de investimento público, tornando mais premente os paradigmas da *recomposição* e da *cura ambiental*, num cenário onde todas as intervenções contam. Para *reverter, reaproveitar e reumanizar* torna-se imprescindível entender o palimpsesto territorial, paisagístico, histórico e socioeconómico.

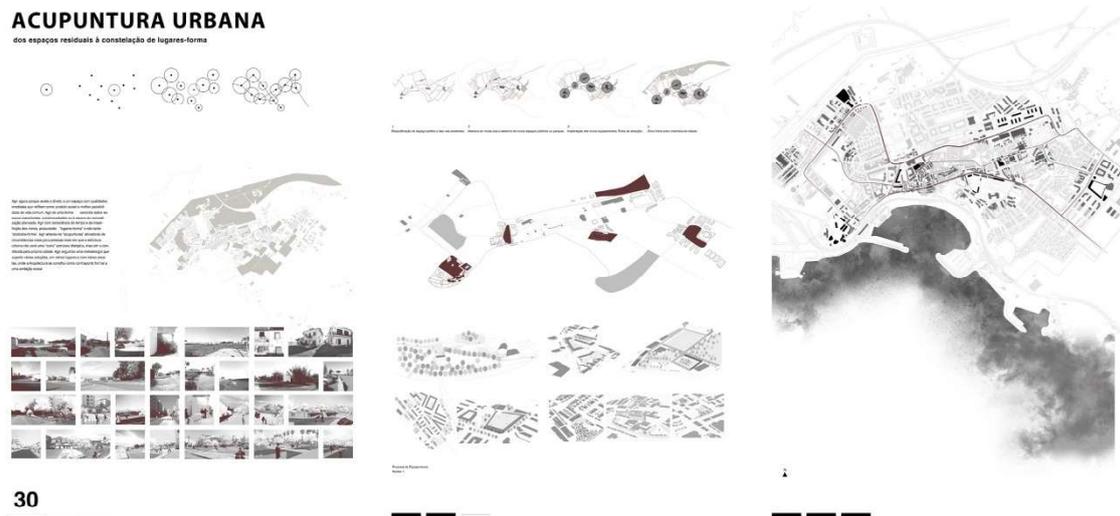


Fig. 2: PFA - Painel de Trabalho de Grupo. Acupuntura Urbana, trabalho de Ana Fragata, Andreia Tavares, Luís Martin, Susana Rego, Sara Baião e Nádía Gomes(Abril 2016)

As intervenções arquitetónicas são deste modo alicerçadas numa perspetiva crítica, construída idealmente a partir do contributo de várias disciplinas que estudam o espaço edificado e a paisagem, e que se tornam tendencialmente mais “lugares-forma” do que produtos autossuficientes, porque ambicionam contribuir para uma regeneração complexa dos lugares, em que o novo valoriza o existente, numa lógica de mais integrada, em que o conceito de paisagem, enquanto ação e interação de fatores naturais e/ou humanos, tudo abrange, incluindo os espaços urbanos.

3.4 - Experiências críticas

O processo de projeto gere deste modo um complexo de circunstâncias diversas, permitindo diferentes aproximações e entendimentos do que deve ser transformado, *projetado* para o futuro, alterando o que se entende pelo “real”. Neste processo o discernimento quer do entendimento do real, quer das possibilidades da sua transformação, e dos meios e formas de o transformar, constroem-se sobre a decomposição de circunstâncias múltiplas, num procedimento que implica a expressão de uma posição crítica sobre a realidade e o modo de a transformar.

Deste modo, o projeto enquanto ato de transformação é uma tomada de posição sobre condições interpretadas na realidade, condições estas lidas parcialmente com o auxílio de vários conhecimentos de outras disciplinas, como sejam as repercussões económicas, sociais, políticas ou estéticas, e onde o complexo de opções é reconstruído num todo e colocado em relação com a complexidade do problema definido pelo aluno, com o objetivo de integrar as diversas frações do problemas, agora caracterizado num todo, com repercussões paisagísticas e ambientais.

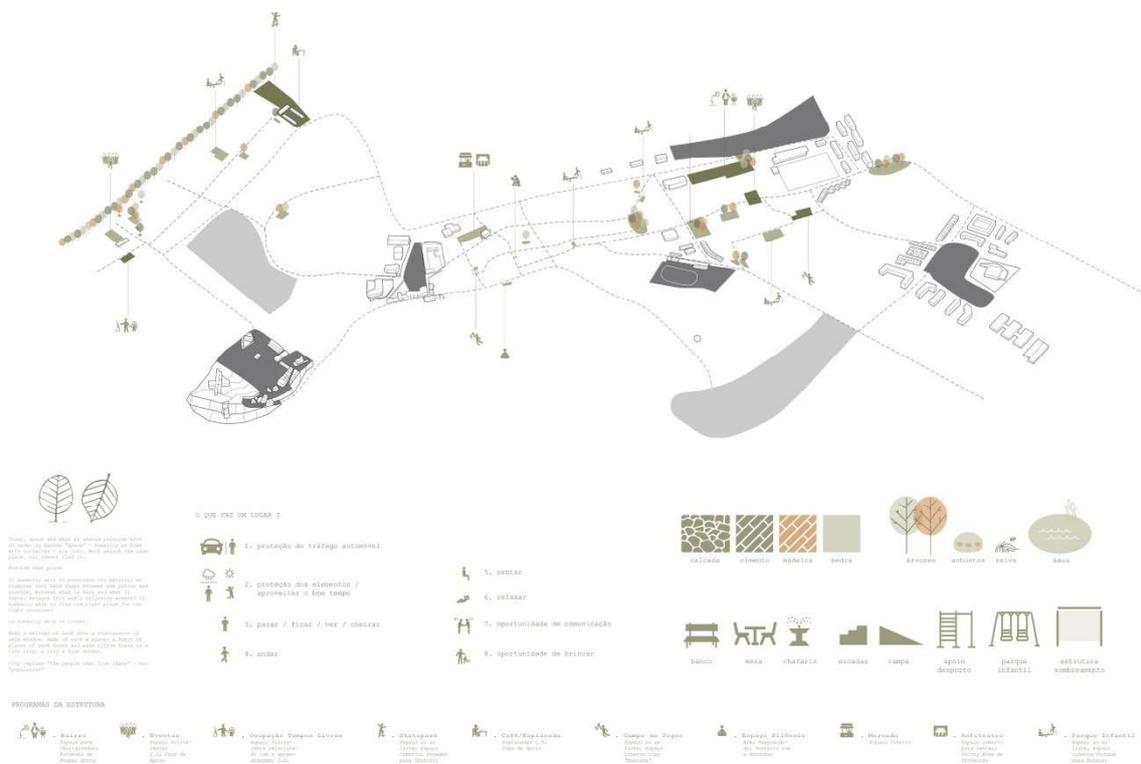


Fig. 3: PFA - Trabalho de Susana Rego. Inserido no grupo Acupuntura Urbana. Projeto de Equipamentos Comunitários em espaços expectantes, completando e unificando malhas urbanas adjacentes.

Em simultâneo, a componente escrita de PFA, o ensaio teórico, pode ser estabelecida como uma possibilidade de levar mais longe estes nexos, nomeadamente utilizando a linguagem escrita para melhor fixar o entendimento do real e melhor descodificar a “linguagem privada” do projeto - a representação gráfica. Esta possibilidade, de uma relação entre a componente projecto tradicional e um ensaio escrito, funciona em reciprocidade, alimentando simultaneamente ambos projeto e ensaio, contribuindo para aquecer a relação projeto-investigação,⁷² proporcionando, ao mesmo tempo, a aproximação entre campos metodológicos e cognitivos diversos, material e discursivo, desenhado e escrito, introduzindo uma componente pedagógica, de exigência metodológica e crítica, que ensaia uma sintonização experimental do discurso arquitetónico com o “discurso das ciências”,⁷³ permitindo uma discussão e experiência das possibilidades cognitivas do próprio Projeto, e da relação Arquitetura com as restantes disciplinas do espaço edificado.

A componente crítica reflete-se ainda na experiência de uma tomada de posição perante o sistema de ordenamento territorial vigente, cruzando instrumentos de ordenamento e interpretação da realidade; reflete-se também numa consciencialização perante a transformação das características ambientais e paisagísticas do território, cruzando os sistemas biofísicos, e elementos como a água, a topografia, a composição dos terrenos, as aptidões agrícolas, a vegetação e a fauna local, a mutação dos sistemas de vistas panorâmicas e dos ambientes dos espaços edificados; criando um base mais ampla para se refletir uma consciência sobre a o modo de produzir arquitetura.

Esta convocação da paisagem, através de componentes biofísicas, morfológicas, e das componentes de carga urbanística, conduz a diferentes propostas e a diversos resultados individuais, havendo espaço para cada aluno se posicionar individualmente, circunstância que também é alimentada pela diferenciação e complementaridade entre as componentes desenhada e prática e escrita e teórica.

Nesta metodologia, o paradigma de arquiteto convocado adquire um perfil humanista e generalista, especialista em estabelecer relações formais, entre edificações e vazios, cujas

⁷² Paulo Tormenta Pinto (2015:147), in “*Tângencias entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação. O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)*”, in *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*, ISCTE-IUL, 2015, pp145-155, refere que as experiências de incorporação do Projeto Final de curso com a dissertação, permitiu concluir “*que os instrumentos projectuais se afirmam como ferramentas de análise com grande relevância ao longo do processo de investigação no campo da área científica da Arquitetura*”.

⁷³ Vittorio Gregotti (1972: 17-18), em *Território da Arquitetura*, referindo que “*ao mito da máquina com modelo estético, próprio da primeira fase do movimento modernista (...), sucede o comportamento científico como modelo estético. Mas neste caso já não existe nenhum objecto concreto ou signo finito a que se referir, que nos sirva de inspiração; o instrumento científico de controlo projectual, voltado totalmente à estrutura do processo, ou se interioriza em direcção à imagem totémica da ciência (estabelecendo com esta relações mágicas, procurando através desta operação constituir-se como “linguagem concreta”) ou tende a recorrer com suas próprias metodologias o processo do Projeto como plano-programa, como designação de possibilidades voltadas a uma determinada direcção.*”

implicações são simultaneamente culturais e económicas, e têm uma relevância ética, isto é, estabelece relações que podem ser interpretadas por várias áreas disciplinares.

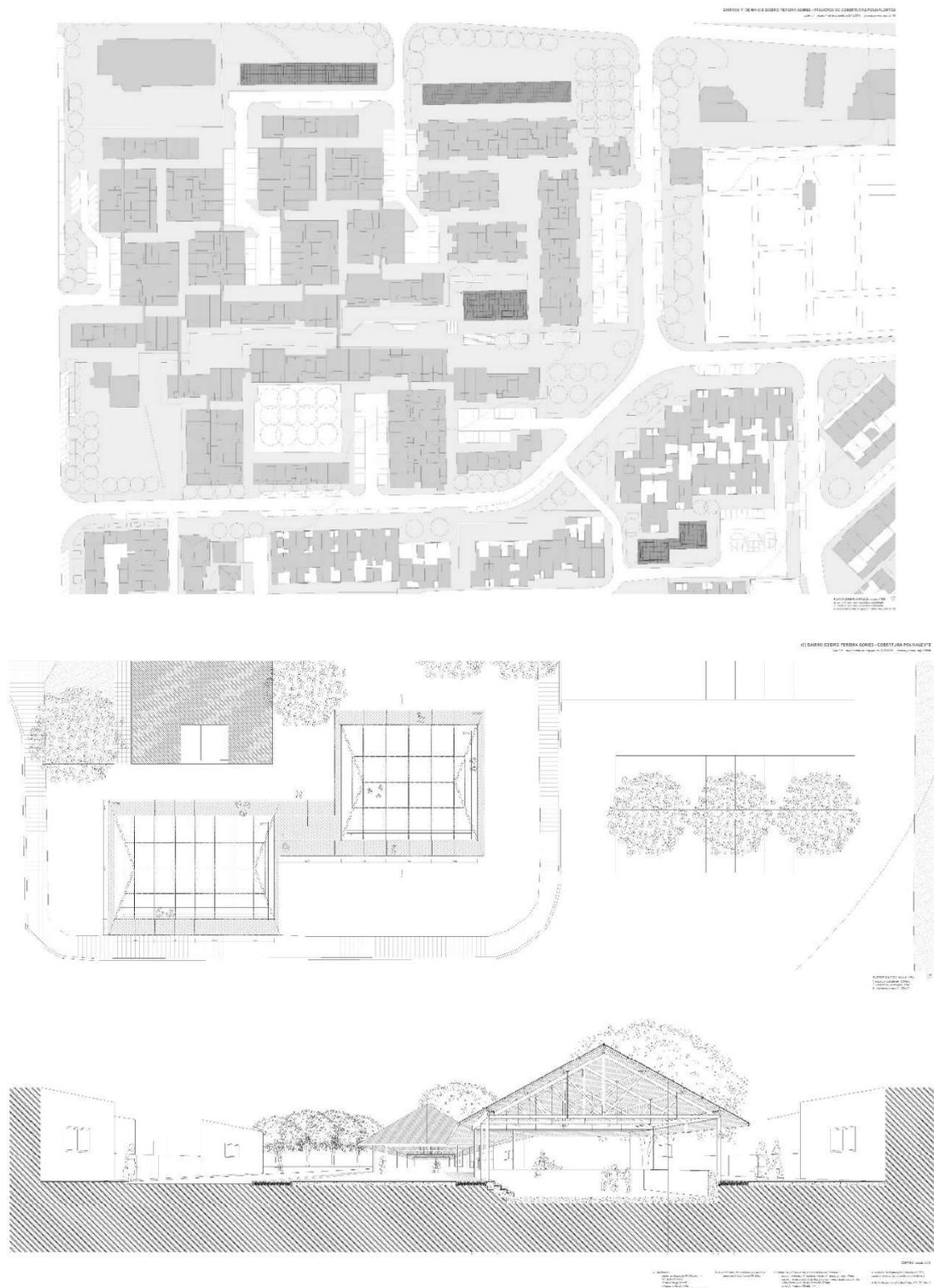


Fig.s 1 e 5: PFA - Trabalho de Susana Rego. Grupo Acupuntura Urbana. Projeto de Equipamentos Comunitários em espaços expectantes, completando e unificando malhas urbanas adjacentes. A escala arquitetónica desenvolve o trabalho de grupo e completa, valorizando, a paisagem urbana existente

A convocação da ideia de paisagem em PFA serve, desta forma, para alargar o entendimento dos problemas do território, permitindo a recomposição da realidade segundo leituras visuais e morfológicas, que interpretam relações entres componentes naturais e construídos, contextualizando simultaneamente os aspetos urbanísticos e infraestruturais e escabeceando um quadro de valores, onde entram princípios culturais e ambientais, que julgamos poderão ter impacto na reconstrução pelo projeto dos lugares e das próprias condições técnicas da edificação em projeto de arquitetura.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 - Humanista em tempos de especialização

No conjunto, os estudantes experimentam construir uma leitura do território através de aproximações complementares, de outros âmbitos disciplinares e de outras escalas de intervenção.

Não obstante, o projeto mantém-se no cerne como garante de uma unicidade arquitetónica, que um dia se materializará em realidade construída, no entanto, a própria ideia de projeto é de algum modo estendida como uma forma crítica de interpretar o mundo.

O arquiteto já não será o “herói” Albertino sentado à mesa do príncipe, ou o revolucionário protagonista do 1º Movimento Moderno, personagem autónomo da sua aventura, empenhado em reformar radicalmente a sociedade do seu tempo e capaz de dominar o espectro inteiro da sua ideia de profissão, abrangendo as escalas da “maçaneta à cidade”. No entanto, mesmo admitindo que ninguém mais domina inteiramente um campo de competências e que os problemas se dilataram e complicaram desmesuradamente, mantém-se todavia um núcleo formativo permanente, de carácter “generalista”, mas atento a novos conteúdos e instrumentos, tornando o arquiteto um especialista em traduzir hipóteses de conformação formal que respondam a uma constelação de circunstâncias, retratadas e reanalisadas parcelarmente por outros especialistas.

4.2 - Limites da academia

Esta conceção levanta múltiplos problemas ao modelo dos cursos de arquitetura nas universidades portuguesas.

Desde logo porque as estruturas curriculares e docente são fechadas e estáticas, pouco permeáveis a receber os saberes de outras disciplinas. Este trabalho de convergência é muitas vezes realizado solitariamente pelos docentes de projeto, convocando outros saberes. No caso de PFA apresentado, é realizado com recurso ao conjunto de seminários semanais, permitindo ampliar os horizontes de discussão. No entanto na aula de projeto a metodologia de ensino persiste algo encerrada em redor do diálogo docente-alunos. Haverão outras formas organizativas que permitam uma maior e mais constante interação entre disciplinas, de modo a melhor nos aproximar da verdadeira complexidade do real e das práticas de projeto atuais? E como proceder, para nesta abertura de campo não se perderem as especificidades do ensino da arquitetura, tal como evoluíram ao longo dos tempos?

A experiência de PFA no ISCTE-IUL parece-nos que demonstra que as personagens e as matérias dos seminários semanais poderiam contaminar a sala de aula de projeto em momentos específicos, como, por exemplo, em momentos de discussão e de avaliação intercalar de trabalhos. Em sentido oposto, os próprios seminários poderiam ser uma ferramenta expandida, seja a outras unidades curriculares de projeto, seja reorganizando conteúdos de unidades curriculares teóricas.

4.3 - Crítica e conhecimento

Uma das características de PFA é a introdução da ideia de investigação, através do ensaio teórico.

Mesmo que esta introdução sirva sobretudo objetivos pedagógicos, introduz o tema da relação entre projeto e a utilização e a produção de conhecimento. Utilização desde o ponto de vista de as soluções avançadas se referirem, com a segurança possível, a problemas da realidade; do ponto de vista da produção de conhecimento, acreditando que o projeto enquanto proposta de reorganização do espaço construído produz ele próprio uma nova situação, cujo impacto é suscetível de alterar as relações existentes, abrindo campo para novas leituras particulares, com o auxílio de outras disciplinas.

A este respeito recordamos Duarte Cabral de Mello quanto afirmava ser altura de construirmos uma base de conhecimento que sustente uma *“ética prática da Arquitetura”*, que seria permitida com recurso às tecnologias de informação, em forma de uma teia de *“aparelhos críticos”* que nos resgatassem da candura perversa dos *“ajustes dogmáticos”*⁷⁴ entre formas e

⁷⁴ Duarte Cabral de Mello (2007:223), *A Arquitetura Dita: Anamorfose & Projeto*.

vida. Tratar-se-ia de aparelhos críticos de apoio a uma “*racionalidade específica*”⁷⁵ do ato do Projeto, conforme referia Vittorio Gregotti nos anos 70, em pleno debate dos *Design Methods*. O sentido da pesquisa e a disponibilização do conhecimento derivado da investigação universitária poderiam contribuir para a definição de critérios técnicos e críticos de apoio à tomada de decisão no Projeto, não necessariamente esmagando o fim expressivo e poético da Arquitetura, valor último da forma de habitar do homem, mas, pelo menos, para que as decisões materiais se possam aferir e refletir perante uma “*Tecnologia Crítica*”.⁷⁶

A sequência de ensino “do” e “pelo” Projeto de Arquitetura, permite aos alunos experimentarem o ato de totalidade e de contingência absolutos que é o fazer. A convergência de implicações desse fazer, da transformação do espaço ambiental e social, tem repercussões que podem ser medidas em separado por várias especialidades disciplinares. Mas, a construção de uma hipótese de totalidade, para além das especificidades disciplinares e das contingências formais e temporais do discurso escrito, reside no Projeto e na sua capacidade de representar a realidade de forma que sugere a sua complexidade real.

1 - BIBLIOGRAFIA

ACE/ENACA, 2014. *Modernisation of the Professional Qualifications - Directive and impact on the architectural profession. A joint ACE/ENACA study of current provisions, readiness to implement change and key concerns*. ACE/ENACA. Disponível: <http://www.ace-cae.eu/>

Allen, Stan, 2012. “The Future that is now”, in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp. 202-229

Brown, James Benedict, 2012. *A critique of the live project*. School of Planning, Architecture & Civil Engineering - Queen’s University, Belfast, Ireland. Tese de Doutoramento

Frampton, Kenneth. 2000. “Seven points for the millennium: an untimely manifesto”, in *The Journal of Architecture*, Volume 5, Springer

Gregotti, Vittorio, (1972) 1975. *Território da Arquitetura*, Perspetiva, São Paulo, Brasil

Mello, Duarte Cabral, 2009. *A Arquitetura Dita. Anamorfose & Projeto*. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento

Moniz, Gonçalo do Canto, 2011. *O Ensino Moderno da Arquitetura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)*. Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento

⁷⁵ Vittorio Gregotti (1972:29): “*se por racionalidade entendemos o que tem um significado e um objetivo, não há nenhuma razão para julgar irracional a técnica de criação artística ainda que esta se apresente tão diversa da técnica do raciocínio científico e do discurso lógico, mesmo possuindo leis, conexões e modos particulares. O nosso problema consiste, ao contrário, em reconhecer a sua racionalidade específica*”.

⁷⁶ Duarte Cabral de Mello (2007:223).

- Neave, Guy. Amaral, Alberto (editores) 2012. *Higher Education in Portugal 1974-2009*. CIPES e Springer. London
- Pinto, Paulo Tormenta, 2013. "Representação e Cidadania - A unidade curricular de Projeto Final em Arquitetura no ISCTE-IUL", in *Boletim Arquitetos* nº232, Novembro 2013, Ordem dos Arquitetos Portugueses, Lisboa, pp. 12-15
- 2015, "Tangências entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação: O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)", in: MILHEIRO, Ana Vaz (coord.), 2015. *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*. ISCTE-IUL, Lisboa, pp. 145-155
- Solà-Morales, Ignasi, 2003. *Inscripciones*. Gustavo Gili, Barcelona
- Till, Jeremy. 2005. *What is architectural research? Architectural Research: Three Myths And One Model*, documento RIBA - *Research and Development Comittee*, RIBA, London. [consultado em 2014-10-20]. <https://www.architecture.com/Files/RIBAProfessionalServices/ResearchAndDevelopment/WhatisArchitecturalResearch.pdf>
2014. Entrevista a Leonardo Novelo, em Dezembro de 2014, por ocasião da exposição "Scarcity" na Central Saint Martins, Londres. Entrevista disponível no site Xarxes d'Opinió